



INFORMAÇÃO Nº 041/2018 – ICE

Processo nº: 017724/2017– TC.

Relator: Conselheira Maria Adélia Sales

DA FISCALIZAÇÃO

Modalidade: Auditoria de Conformidade

Objeto da fiscalização: Apuração de denúncia de possíveis irregularidades no contrato nº 015/2016, cujo objeto é o fornecimento e instalação de dessalinizador de água do mar no município de Guamaré.

Ato de designação: Distribuição processual à equipe técnica pelo Diretor da unidade.

Período abrangido pela fiscalização: 2016/2018

Composição da equipe André Tabosa Fernandes de Santa Cruz Gerab, Auditor de Controle Externo, Mat. nº 10.084-6.
José Rosenilton de Araújo Maracajá, Auditor de Controle Externo, Mat. nº 9867-1.

DO ÓRGÃO FISCALIZADO

Jurisdicionado Prefeitura Municipal de Guamaré / RN.

Vinculação TCE: Inspetoria de Controle Externo

Responsável: Hélio Willamy Miranda da Fonseca, na qualidade de Prefeito Municipal, e outros.

Ementa: Denúncia. Dessalinização de água do mar no município de Guamaré. Diligência para complementação da instrução processual.

1. Cuidam os autos de denúncia recepcionada pela Ouvidoria desta Corte de Contas (evento 1) acerca de possíveis irregularidades ocorridas especificamente no âmbito da concorrência pública nº 006/2015 realizada pelo município de Guamaré.
2. Tal procedimento administrativo resultou no contrato nº 015/2016, firmado entre o município e a empresa vencedora do certame ACQUAPURA LTDA EPP, CNPJ 03.205.589/0001-52, no valor global de **R\$ 9.719.100,00** (nove milhões, setecentos e dezenove mil e cem reais), cujo objeto está definido como *“aquisição e instalação de unidade dessalinizadora de água do mar, por osmose reversa, com capacidade de 1.500 m³/dia, com recuperador de energia, para utilização no município de Guamaré/RN”*.
3. Os autos foram instruídos conforme Informação nº 014/2018 – ICE, na qual se constatou indícios de diversas irregularidades, tais como: a inexistência nos autos de documentos hábeis a atestar a operação de importação; precariedade na apresentação de seguro garantia; que a administração encontra-se descoberta de garantias; que houve pagamentos antecipados; grave receio de risco de prejuízo para a administração na monta de **R\$ 971.910,00** (novecentos e setenta e um mil novecentos e dez reais); ausência de projeto executivo; ausência de aditivo do prazo; ausência de estudos que demonstrem a vantajosidade e a justeza do preço praticado na contratação; precariedade do projeto básico; ausência de estudos de viabilidade técnica, econômica e social; a possibilidade de sobreposição de ações governamentais para o mesmo fim; ausência de informações sobre o potencial hídrico da região ou capacidade de oferta de água tratada pela CAERN; ausência de estudos do impacto ambiental e licenciamento ambiental, necessários para inicialização das obras; ausência de *expertise* do município de Guamaré para tratar do assunto de forma apropriada; uma vez que competência natural, institucional e legal é da CAERN; ausência de interação entre as instâncias administrativas, não havendo nenhuma menção a termo de cooperação, convênio ou de acordo entre os entes públicos para a concretização da finalidade pretendida; ausência de modelagem econômica do investimento, seu impacto financeiro, custos operativos e tarifas; falta de definição quanto a responsabilidade pela operação do sistema de captação da água do mar.
4. Devidamente citados os responsáveis, estes apresentaram suas alegações de defesa (documento nº 2370/2018, apensando ao evento 33; documento nº 2693/2018, apensado ao evento 40; documento nº 2736/2018, apensando ao evento 42; e documento nº 4292/2018, apensando ao evento 53).



5. Ato contínuo, retornaram os autos a esta ICE por meio de despacho de ordem da Eminente Conselheira Relatora Maria Adélia Sales para a devida análise da matéria (evento 61).
6. Preliminarmente, registra-se que a Prefeitura de Guamaré informou que há uma ordem de paralisação das obras vigente.
7. Além disso, informou que o Município acatará a recomendação desta Corte de Contas e não irá promover nenhum pagamento enquanto não forem cumpridas as condições impostas por essa Colenda Corte (evento 1 do documento nº2370/2018, apensando ao evento 33).
8. Nesse diapasão, com o fito de concluir a instrução processual, este Corpo de Auditoria entende ser necessário trazer aos autos outras instâncias interessadas, responsáveis e diretamente ligadas ao tema ora em análise, com vistas a solicitar documentos e informações complementares e indispensáveis à sua instrução com fulcro no art. 197 da Resolução nº 009/2012-TCE (Regimento Interno do TCE/RN).
9. Por se tratar de matéria ligada a abastecimento de água potável, responsabilidade da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN) em prover o município de Guamaré de tal serviço, entende esse Corpo Técnico trazer a baila a Companhia para que se pronuncie sobre o tema aqui ventilado, em especial quanto aos apontamentos contidos no parágrafo 45, itens X, XI, XII, XIII, XV, XVI e XVII da pretérita Informação nº 014/2018 - ICE, além de, se assim entender, trazer novas informações que venham a contribuir com o tema.
10. Nessa mesma seara, entende ser prudente diligenciar a Secretaria do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte (SEMARH), órgão responsável pela gestão dos recursos hídricos e do meio ambiente, para que se pronuncie sobre as questões elencadas no parágrafo 45, itens X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI e XVII da pretérita Informação nº 014/2018 - ICE, como também sobre o andamento do Plano de Segurança Hídrica do Estado, aprovado no ano de 2015, especialmente quanto a construção da adutora Afonso Bezerra/Pendências, além de, se assim entender, aduzir novas informações que venham a contribuir com o tema.
11. Registra-se que tanto a CAERN quanto a SEMARH não estão arroladas como responsáveis nesse processo. Suas notificações têm apenas o condão de contribuir com a discussão da temática para subsidiar a análise técnica deste processo.
12. Recomenda-se, pois, a notificação da CAERN e da SEMARH nos termos propostos nesta Informação e devidamente acompanhada da Informação nº 014/2018 – ICE,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
RIO GRANDE DO NORTE
Inspetoria de Controle Externo

com fulcro art. 219, inciso II, combinado com o art. 197, § 1º da Resolução nº 009/2012-TCE (Regimento Interno do TCE/RN).

À consideração superior.

Natal (RN), 17 de maio de 2018.

André Tabosa Fernandes de Santa Cruz Gerab
Auditor de Controle Externo
Mat. 10.084-6

José Rosenilton de Araújo Maracajá
Auditor de Controle Externo
Matrícula 9867-1